

SESSÕES DO PLENÁRIO

7ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 13 de fevereiro de 2014.

PRESIDENTE: DEP. FÁTIMA NUNES (4ª SECRETÁRIA)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Augusto Castro, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Luiza Maia, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmara, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rosenberg Pinto, Sidelvan Nóbrega, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica e Zé Raimundo. (39)

O Sr. PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do Expediente.)

OFÍCIOS

Do Deputado Pastor Sargento Isidório, comunicando sua ausência da sessão no dia 06/02/2014, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Pequeno Expediente.
Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, demais deputados, ontem aconteceu uma manifestação contra o aumento do IPTU na Câmara de Vereadores. Nós entendemos que o aumento do IPTU foi exagerado e inoportuno. Eu considero até que foi um aumento inconstitucional.

Não somos contrários à discussão sobre a questão tributária. Aliás, eu acho que essa é uma das discussões mais importantes que temos, hoje, no Brasil, e precisamos fazê-la. É preciso, nesse debate tributário, buscarmos uma solução para que a população de baixa renda seja contemplada e beneficiada.

Hoje, observamos que as grandes fortunas não pagam o imposto que deveria pagar. É importante taxar as grandes fortunas. É importante também aumentar o imposto dos bancos, que é um segmento que vem sendo beneficiado ao longo da história. Os bancos sempre vêm obtendo lucros estratégicos e extraordinários às custas da população sofrida. Os bancos prestam um péssimo serviço à clientela de baixa renda. Entendo, assim, que deveria ser levada em consideração a questão do aumento dos impostos para os bancos, para as grandes fortunas, para os poderosos e para a elite, de uma maneira geral, e com isso diminuir os impostos para a população de baixa renda e para a classe média.

No caso do IPTU de Salvador, houve um aumento exagerado. Esse aumento atinge também a população pobre, a classe média e segmentos importantes da sociedade, a exemplo da microempresa. Então, os microempresários sofrem com esse aumento! Esse foi um aumento que considero inoportuno.

Além do mais, foi um aumento exagerado. Não houve uma discussão com a Câmara de Vereadores, com a sociedade e com as entidades da nossa sociedade, a exemplo dos movimentos sociais e das associações de bairros. Enfim, foi um aumento autoritário. Portanto, eu considero que o melhor a ser feito pelo prefeito é revogar esse aumento e abrir uma discussão com a sociedade e com os setores organizados.

O nosso partido, o Partido Comunista do Brasil, já definiu, na sua última reunião, que ingressará com uma ação contra o aumento do IPTU em Salvador. A OAB também já definiu que ingressará com uma ação. Estamos também discutindo no Iapaz, entidade a qual sou presidente, – já temos um parecer da nossa assessoria – a possibilidade de ingressar com uma ação.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Portanto são vários os mecanismos jurídicos contra este aumento abusivo que atinge a classe média, atinge a população pobre e atinge, também, os segmentos importantes como os microempresários. Isso traz um grande prejuízo social. Quero, mais uma vez, manifestar-me contra este aumento abusivo. Não sou contra o debate tributário, no qual os mais ricos possam pagar mais e os mais pobres possam pagar menos. Acho esta uma questão central. Mas este não foi o caso do aumento do IPTU de Salvador, uma vez que o referido aumento atingiu pobres, classe média e microempresários.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, você que nos assiste pela *TV Assembleia*, é impressionante esta crise de identidade do Partido dos Trabalhadores. Em São Paulo, o prefeito Fernando Haddad, do PT, majorou o IPTU. Bem, em relação a São Paulo, o PT apoia a majoração; em relação especialmente a Salvador, o PT condena.

O prefeito ACM Neto tem declarado estar aberto ao diálogo para corrigir as possíveis distorções. O que não pode é se fazer um cavalo de batalha, apenas, por interesses políticos. Os mais pobres foram isentados de pagar o IPTU.

O que, de fato, ocorreu? Houve um estudo geral em que você pagará o IPTU pelo valor do seu imóvel.

Eu duvido que alguém que tenha comprado um terreno ou um imóvel e tenha declarado o mesmo valor pago por este mesmo imóvel na escritura. Declara-se, sempre, na escritura, o valor menor do imóvel do que o valor de mercado.

Quando o IPTU faz a correção do imóvel para o valor de mercado, acontece, aí, esta possível distorção.

Ou seja, o cidadão pagava o IPTU do imóvel pelo valor declarado. Mas o valor declarado não era o valor real pago pelo imóvel. Então, o valor cobrado pelo IPTU não era o valor real de seu imóvel.

A situação é muito clara. Todos estão esperneando. Não tiro a razão, até porque você recebe um valor bem acima do que estava acostumado a pagar. Mas quando se faz a correção, na planta genérica – por exemplo, quem mora no bairro da Graça tem um valor Y do seu imóvel, mas o valor declarado, ao realizar a compra, é X, ou seja, o valor de mercado é um e o valor declarado na escritura é outro – pode ocorrer uma alteração no valor do IPTU. Nós estamos preocupados com a inviabilização de Salvador por conta de uma demanda jurídica que não sabemos quando terminará. Entendo que o melhor caminho é e, sempre, será o diálogo. E o prefeito ACM Neto está aberto ao diálogo para corrigir as distorções.

Durante a campanha das últimas eleições, o PT dizia que ACM Neto iria governar para os ricos ou para os endinheirados. No entanto, o prefeito age de forma contrária, ou seja, beneficia os mais pobres, isentando-os do pagamento do IPTU. À época, o PT tinha um discurso em campanha; depois, passou a ter outro discurso. Agora, o PT defende a classe média e os mais ricos.

Acho que a defesa tem de ocorrer independentemente de ocasião política, de eleição. E todos os setores devem ser defendidos pela classe política, seja o segmento mais pobre ou o da classe média. Mas uma coisa acho que fica bem clara: os que têm mais devem pagar mais. Aqueles que, graças a Deus, pelo destino, nasceram em famílias bem abastecidas financeiramente devem ter um ônus maior sobre seus ombros para que haja uma partilha. Quem tem mais, paga mais.

A preocupação que fica desta disputa é que ela se tornou apenas uma questão política. Quem está insatisfeito com o prefeito quer inviabilizar sua administração e procura esses meios, apegando-se a esse fato para poder criar as dificuldades

administrativas para ele. E notem que o prefeito se coloca aberto ao diálogo, dizendo: “O que houver de distorção, nós vamos corrigir”.

Então, não é necessário esse cavalo de batalha. Mas o cavalo de batalha é necessário para o desgaste político.

Enquanto o País viver simplesmente pelo debate político, pelo viés de tentar desgastar, usando-se o quanto pior, melhor, estaremos nessa bancarrota e o Brasil envolvendo cada vez mais, passando por essas dificuldades, tal qual as manifestações que começam a tomar conta do País. E o governo nesse processo letárgico, visando apenas às eleições, assiste a tudo de braços cruzados, enquanto o patrimônio público está sendo destruído e depredado. Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o Pastor Sargento Isidório, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, que deixaram seus serviços para virem manter esta sessão sempre cheia, senhores que lotam as Galerias desta Casa, quero, primeiro, dizer à Bahia que cheguei de Brasília nesta madrugada. Estive na Presidência da República, onde entreguei o pedido de criação do Conselho de Proteção dos Direitos do Povo Evangélico, algo que já havia feito ao governo baiano.

Já que foi criado aqui o Conselho LGBT, se eles têm esse direito a se ampliar, se eles têm direito a fazer campanha para que nossos filhos virem *gays*, mais temos nós que contamos a luz do Evangelho e o nome de Jesus em nossas vidas!

Então, propus ao Sr. Governador do Estado a criação do Conselho de Proteção dos Direitos dos Evangélicos e também das suas programações.

Em Salvador, mandei para o prefeito ACM Neto, entendendo ser esta uma capital muito importante em nossa Nação, a solicitação para a criação desse conselho em nível municipal.

Viajei para Brasília e lá deixei com a Presidência da República o pedido para que seja criado um Conselho Nacional de Proteção ao Direito dos Evangélicos, até porque o Evangelho é o poder de Deus, o Evangelho cura, liberta, transforma vidas. Não há assistente social no mundo maior do que Jesus. Ninguém consegue levantar caídos, ninguém consegue dar alegria aos tristes, ninguém consegue consolar os oprimidos, se não for através do nome do Senhor Jesus.

Tenho convicção de que fazendo isso os governos diminuirão a violência, que é crescente nesta Nação. Em vez de tentar destruir as famílias, de convocar os nossos filhos para o homossexualismo, os governos devem fazer agendas positivas melhorando aquilo que já é bom no meio dos evangélicos que pregam o Evangelho, no meio dos católicos que também o pregam e no meio de outras matrizes religiosas que buscam o bem.

A saída para este País não será ampliando o homossexualismo, que, conforme a ONU, já traz aí um aumento do HIV. A Anvisa anuncia grupo de risco no homossexualismo. Então a Nação e as autoridades estão equivocadas quando ainda

querem estimular as cartilhas, as passeatas e a veedagem na nossa Nação e no nosso Estado.

Quero dizer a V.Ex^{as} que, também cumprindo a minha missão de parlamentar, pai de família e cidadão, fiz denúncias contra a *Rede Globo*, com as suas pornografias, as suas cenas promíscuas em qualquer horário desrespeitando os lares daqueles que, por ser ela uma televisão que tem uma certa publicização, a sintonizam. Mas os filhos, as famílias desses que a veem não têm a obrigação de a qualquer momento assistir a cenas indevidas em horários irregulares.

Então denunciei a emissora na Presidência da República. Agora é assunto federal. Denunciei-a igualmente aos Ministérios da Justiça e Educação e às Presidências do Senado e da Câmara Federal. Agora cabe às autoridades tomar providências no sentido de proteger a *célula-mater* de uma sociedade, a família, que foi constituída por Deus. É a família que dá estrutura a uma Nação e a uma sociedade. Portanto, ela não pode ser fragilizada por nenhuma autoridade.

É por isso que a nossa Nação já está sofrendo as intempéries do tempo. É por isso que onde havia chuva o sol tomou conta e onde havia sol está havendo inundações, com o mundo desabando por causa da imoralidade e afronta ao nosso Deus, o Deus de todos, o Senhor dos Exércitos.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, depois de muita pressão dos deputados da Oposição, o governo finalmente publicou, no último dia 10 de fevereiro, o demonstrativo de disponibilidade de caixa que ele havia maquiado ao não publicar na data prevista esses dados contábeis.

Srs. Parlamentares, Sr^a Deputada, mais uma vez observamos a situação crítica em que se encontram as contas governamentais, a despeito do anúncio de uma série de medidas tomadas pelo governo no último ano, numa verdadeira cruzada que empreendeu no sentido de aumentar a sua arrecadação. Eles fizeram um novo Refis, constrangeram os motoristas nas ruas para aumentar a cobrança do IPVA, anunciaram várias providências visando a contenção de gastos, a austeridade.

Mas agora, Sr^a Presidente, Srs. Deputados, o que observamos após a divulgação desse demonstrativo é que o governo continua se utilizando, deputado Carlos Geilson, recursos vinculados, recursos com destinação específica para cobrir o rombo das suas contas correntes. Há dois anos que estamos levantando essa questão desta tribuna, denunciando essa irregularidade aos órgãos de controle, mas o governo do Estado da Bahia insiste em continuar praticando-a. O rombo, praticamente, não alterou em relação ao ano passado. Hoje, como mostra o demonstrativo de disponibilidade de caixa do governo do Estado: mais de R\$ 2 bilhões e 400 milhões são desviados de ações específicas para cobrir o déficit nas suas contas correntes. E mais do isso: o governo, mais uma vez, encaminha a esta Casa, um novo pedido de financiamento para ser aprovado por este Parlamento. Tramita nesta Casa o pedido de

mais de R\$ 600 milhões, com, mais uma vez, o discurso político de que esses recursos serão utilizados para melhorar a qualidade da saúde pública do nosso Estado, que é um verdadeiro caos.

O problema, Sr. Parlamentares, é que, infelizmente, o governo... E isso já tem sido feito ao longo desses sete anos, quando esta Casa já autorizou mais R\$ 14 bilhões em operação de crédito, infelizmente, o que observamos é que esses recursos não são utilizados na sua destinação específica e em muitas vezes são desviados para cobrir o rombo das suas contas correntes.

Nesta própria demonstração da disponibilidade de caixa isso fica muito claro: mais de R\$ 1 bilhão e meio que deveriam ser aplicados e que são provenientes de operações de crédito estão sendo desviados para cobrir o rombo das contas das despesas correntes do Estado. Mais de \$ 1 bilhão que deveriam ser aplicados de acordo com objetos de convênios com órgãos federais, também estão sendo desviados para cobrir o rombo das contas correntes do governo do Estado. Esse assunto não é novo. Mesmo sendo objeto de observações e de recomendações do próprio Tribunal de Contas do Estado da Bahia, quando analisou as contas do exercício de 2011, esse assunto já vem sendo abordado pelos conselheiros, mesmo de maneira tímida, é verdade, porque se isso estivesse sendo feito por algum prefeito, fatalmente o prefeito teria suas contas rejeitadas. Mas mesmo com essa abordagem, com essas recomendações, o governo insiste em praticar essa irregularidade e desviar recursos, repito, que deveriam ser utilizados conforme a aprovação desta Casa, seja em convênios federais seja em operação de crédito, em ações de investimento, em ações que efetivamente viessem melhorar a qualidade de vida da população e estão sendo sistematicamente desviados para cobrir o rombo das contas públicas do governo do Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr^a Presidente, questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Aderbal Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr^a Presidente, peço a V.Ex^a que proceda uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

A Sr^a PRESIDENTE(Fátima Nunes):-V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, gostaria que zerasse o painel e marcasse 15 minutos regulamentar, tendo em vista que alguns parlamentares estão chegando para registrarem suas presenças.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- V.Ex^a também será atendido. Zerem o painel e marquem 15 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr^a Presidente, questão de ordem.

O Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Carlos

Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Concorde com o pedido do deputado Aderbal Caldas e também do deputado Paulo Azi, para abertura dos 15 minutos porque sei que muitos colegas estão querendo chegar a Casa e estão presos nos engarrafamentos, o que é muito peculiar nas grandes cidades e Salvador não foge a regra.

Mas quero trazer aqui a nossa preocupação, mais uma vez ,em relação as manifestações que ocorrem pelo País. Sou favorável que o cidadão que esteja incomodado se manifeste, vá para as ruas e demonstre a sua insatisfação e a sua indignação, mas precisamos deixar muito claro o que é manifestação e o que é baderna: Na manifestação, o cidadão e a cidadã reivindicam, protestam, clamam, usam palavras de ordem, cartazes mas tudo de forma muito pacífica, o que é comum no processo democrático, mas a baderna, o vandalismo é antidemocrático e o governo tem que sair desse processo letárgico, dessa inércia pra investigar de fato o que está acontecendo por trás desses atos.

E a nossa preocupação aumenta quando tomamos conhecimento que o advogado desses baderneiros que acabaram com uma ação matando um profissional, um cinegrafista, de que eles são pagos para participar desses atos, recebem, acabam sendo profissionais da baderna.

Na manifestação em que foi vítima o cinegrafista Santiago Andrade da TV Bandeirantes, o que jogou o rojão, Caio, alega ter recebido 150 reais para participar desse ato e daquele protesto de forma violenta. E quem é que financia, quem é que está por trás abastecendo? Isso é uma organização criminosa, o governo da presidente Dilma Rousseff tem que tomar a dianteira do processo.

Assistimos ontem com muita preocupação a ação de trabalhadores do Movimento Sem-Terra e há quem diga que manifestantes outros estavam infiltrados no movimento tentando invadir a sede do Supremo Tribunal Federal. A polícia foi acionada e hoje o comandante da polícia militar de Brasília declara que 30 policiais foram feridos, agredidos e 8 estão em estado grave.

Precismos de ordem, o País não vai crescer na desordem, na baderna, o País não vai crescer se as suas instituições democráticas não forem representadas e não forem respeitadas.

Então, uso esse tempo, mais uma vez, para expressar e que isso fique claro, a minha preocupação como um cidadão, falo como deputado mas quero transmitir o que vem do meu coração, falando como um cidadão, um trabalhador, um pai de família que assiste a tudo isso, muito preocupado. Quantos profissionais de comunicação perderão a vida ainda, quantas vítimas serão necessárias para que o governo abra seus olhos para ver que vivemos num processo eminentemente de risco.

Avizinha-se a Copa do Mundo, fala-se que os movimentos vão recrudescer nesse período, Deus do Céu! O que vai acontecer pela frente? Quantos patrimônios serão destruídos para que tomemos uma posição dura, enérgica, drástica contra os vândalos e os baderneiros. Uma coisa fique clara, a manifestação é legítima, está no processo democrático. Mas não confundamos manifestação com baderna e vandalismo. Isso visa apenas tumultuar e criar dificuldades para o nosso regime

democrático.

Quantos estão torcendo para o nosso processo democrático involuir? Creio que muitos, e, lamentavelmente, são eles que tentam manchar a nossa democracia. Não vão conseguir, porque, graças a Deus, são minoria da minoria.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr^a Presidente, questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr^a Presidente, acho que essa questão levantada pelo deputado Carlos Geilson é muito importante porque, aqui, estamos discutindo as manifestações, as mobilizações e, portanto, acho que é um tema que merece muita reflexão. Vivemos numa sociedade democrática e essa democracia foi conquistada com muitas lutas e mobilizações. Portanto, podemos dizer que estamos vivendo no chamado Estado Democrático de Direito. Claro que vivemos numa democracia burguesa, porque, hoje, não vivemos no socialismo, vivemos no capitalismo, mas estamos no Estado Democrático de Direito, processo para o qual evoluímos muito principalmente a partir das eleições do presidente Lula e da presidenta Dilma.

Avançamos muito aqui, na Bahia, a partir da eleição do governador Wagner, inclusive avançamos na democracia, na transparência, no direito das pessoas se manifestarem, e isso considero bastante positivo. Na realidade, precisamos de mais manifestações, de milhões de pessoas nas ruas reivindicando reforma agrária radical, a taxação das grandes fortunas, o fim do fator previdenciário, a redução da jornada de trabalho, a elevação do salário mínimo, a redução das desigualdades sociais, mais saúde, mais moradia, mais educação.

Precisamos de milhões e milhões de pessoas nas ruas fazendo essas mobilizações, seja no período de Copa ou em outro período. Mas eu acho, particularmente, que as manifestações.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Deputado Álvaro Gomes, só 1 minuto, por favor. É que houve um pequeno equívoco e eu não pedi para zerarem o painel. Então, peço que considerem os dois tempos concedidos aos dois deputados e zerem o painel agora.

O Sr. Álvaro Gomes:- Concluindo o raciocínio, nobre presidente Fátima Nunes, como eu estava me referindo aqui, há necessidade de grandes mobilizações. Evidente que, em meio a mobilizações, existem abusos tanto de policiais quanto de manifestantes. E, aí, é claro, temos uma legislação em vigor que prevê a punição para quem comete abusos, crimes. E eu entendo que todos devem ser identificados rigorosamente, porque são milhares de pessoas nas ruas se manifestando por uma causa justa, um projeto, uma necessidade de conquistar vitórias e nada mais justo do que uma multidão. E eu fico muito alegre quando eu vejo as multidões nas ruas e quero cada vez mais que elas tomem conta do Brasil inteiro. Mas tomando conta do Brasil inteiro para buscar uma sociedade melhor, uma sociedade mais justa, uma sociedade onde todos possam viver com dignidade, tenham seus direitos assegurados.

As manifestações são fundamentais. E cada um se manifesta de um jeito. A

Copa do Mundo é um momento em que se busca fazer as manifestações, não tenho nada contra, e acho que a sociedade precisa do lazer. Existe um certo preconceito em relação à necessidade do lazer, da música, do esporte, do descanso. O ser humano não é uma máquina e nem deve ser uma máquina e nem deve virar um máquina. O ser humano merece descanso, tem direito ao esporte, a música, ao teatro, às atividades culturais. E, muitas vezes, essas coisas são vistas com forte sinal de preconceito. Esse é um grande equívoco da nossa sociedade. Precisamos de mais música, mais esporte, mais teatro, mais cinema, mais atividades culturais, mais lazer, porque o homem precisa de trabalho e de lazer. Eu defendo a teoria de Paul Lafarc, que escreveu o livro “Pelo Direito à Preguiça”, não no sentido pejorativo, mas no sentido de que o homem precisa evoluir, trabalhar, produzir e ter o tempo livre, seja para o descanso, para o teatro, para suas atividades de lazer, que contribuem para o engrandecimento da humanidade.

Portanto, acho que é preciso acabar com o preconceito com relação às atividades esportivas, culturais, o lazer propriamente dito. Nós lutamos para isso, com a implementação de novas tecnologias, a gente reduza o trabalho do homem do campo como também do homem da cidade, como no caso da construção civil. Evoluir tecnologicamente para que o homem possa desfrutar desse evolução tecnológica, reduzindo o trabalho penoso e, ao mesmo tempo, reduzindo a jornada de trabalho e todos possamos viver com dignidade. Todos sem exceção. Claro que vivemos hoje numa sociedade desigual, uma sociedade onde as pessoas trabalham exageradamente, seja da classe média, os executivos, e também os mais carentes, mas precisamos construir uma sociedade onde as pessoas não se transformem em máquinas. Mas, sim, em seres humanos.

Portanto que venham as manifestações e que os abusos dessas manifestações sejam coibidos. Tanto os abusos por parte da polícia quanto os abusos por parte de alguns manifestantes, um ou outro caso isolado de ambas partes.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Não havendo número suficiente para continuação da sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*